

Educação do campo e sucessão familiar: “um olhar” para a Casa Familiar Rural de Igrapiúna no Baixo Sul da Bahia

Countryside education and family succession: “a look” at Rural Family House de Igrapiúna in Baixo Sul da Bahia

Gabriela Gomes da Silva¹

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Daiane Loreto de Vargas²

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Aline Guterres Ferreira³

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo avaliar a transformação social que a Casa Familiar Rural (CRF) tem promovido na vida dos jovens rurais que passaram pelo método de ensino e aprendizagem da Pedagogia da Alternância, avaliando a sua permanência no campo. A pesquisa foi realizada a CFR do município de Igrapiúna, no Território do Baixo Sul da Bahia, entre o 2020 e 2021, através de formulário eletrônico e entrevista virtual, com professores monitores da casa. Os resultados apontam que as escolas rurais têm um papel essencial na vida dos jovens e que a Pedagogia da Alternância proporciona um suporte importante para que a juventude permaneça no campo. Conclui-se que se faz necessário o investimento das políticas públicas na Educação do Campo e nas Casas Familiares Rurais, para uma formação contextualizada e a permanência do jovem rural no campo, realizando a sucessão familiar nas propriedades rurais.

Palavras-chave: Educação do Campo. Juventude Rural. Pedagogia da Alternância.

¹ Graduada em Gestão de Cooperativas (UFRB). Estudante de Pós-Graduação em Residência Agrária, Cruz das Almas, Bahia, Brasil. Endereço: R. Rui Barbosa, Cruz das Almas - BA, 44380-000. (75) 3621-6389. Orcid: 0000-0003-0587-0243. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3010477533283527>. E-mail: gabrielagomes.adm@gmail.com

² Tecnóloga em Agropecuária (UERGS). Mestre e Doutora em Extensão Rural (UFSM). Professora do Magistério Superior (UFRB). Endereço: R. Rui Barbosa, Cruz das Almas - BA, 44380-000. (75) 3621-6389. Orcid: 0000-0003-4341-0264. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6805666089141035>. E-mail: loretodevargas@gmail.com

³ Zootecnista (UFSM), Educadora do Campo (UFRGS), Especialista em Educação Ambiental (UFSM). Mestre em Extensão Rural (UFSM), Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da UFRGS. Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600, Porto Alegre - RS, 90035-002. (51) 3308 5538. Orcid: 0000-0002-4288-9907. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9412311946083762>. E-mail: alinegufe@gmail.com

ABSTRACT

This work aims to evaluate the social transformation that the Rural Family House (CFR) has promoted in the lives of rural young people who have gone through the teaching and learning method of the Pedagogy of Alternation, evaluating their permanence in the countryside. The research was carried out at the CFR of the municipality of Igrapiúna, in the Territory of Baixo Sul da Bahia, between 2020 and 2021, through an electronic form and virtual interview, with teacher monitors of the house. The results show that rural schools play an essential role in the lives of young people and that the Pedagogy of Alternation provides important support for youth to remain in the countryside. It is concluded that it is necessary to invest public policies in Rural Education and Rural Family Houses, for a contextualized training and the permanence of the rural youth in the countryside, carrying out the family succession in rural properties.

Keywords: Rural Education. Rural Youth. Pedagogy of Alternation

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo evaluar la transformación social que ha promovido el Casa Familiar Rural (CFR) en la vida de los jóvenes rurales que han transitado por el método de enseñanza y aprendizaje de la Pedagogía de la Alternancia, evaluando su permanencia en el campo. La investigación fue realizada en el CFR del municipio de Igrapiúna, en el Territorio del Baixo Sul da Bahia, entre 2020 y 2021, a través de formulario electrónico y entrevista virtual, con docentes monitores de la casa. Los resultados muestran que las escuelas rurales juegan un papel fundamental en la vida de los jóvenes y que la Pedagogía de la Alternancia brinda un apoyo importante para que los jóvenes permanezcan en el campo. Se concluye que es necesario invertir políticas públicas en Educación Rural y Casas Familiares Rurales, para una formación contextualizada y la permanencia de la juventud rural en el campo, realizando la sucesión familiar en las propiedades rurales.

Palabras clave: Educación Rural. Juventud Rural. Pedagogía de la Alternancia.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é um segmento social ou categoria social de extrema relevância para a economia do país e, principalmente, para a manutenção de pequenas comunidades, pois está atrelada tanto ao fornecimento de alimentos, quanto a geração de ocupação e renda e ainda, possibilita o desenvolvimento da economia local e a melhoria da qualidade de vida da população (AQUINO, 2017). Por esse motivo, a agricultura familiar também pode ser interpretada como um modo de vida, pois vai além de um modelo de economia agrária e de produção de alimentos, sendo um sistema gerenciado e operado por uma base familiar, no qual várias funções são desenvolvidas, culturais, sociais, econômicas e ambientais (WANDERLEY, 1999).

Apesar do campo fornecer diversas vantagens para os agricultores locais, ainda ocorre com frequência o êxodo rural, que é a migração do homem, da mulher e do jovem do campo para o espaço urbano. O êxodo rural se caracteriza pelo deslocamento de uma população do campo para às cidades e está vinculado à falta de perspectivas dessas pessoas em sobreviver da agricultura, por isso, elas saem de suas regiões à procura de emprego e de uma melhor qualidade de vida financeira

nas zonas urbanas (ALVES et al., 2011). As famílias que mais buscam uma nova vida nas cidades, geralmente, são aquelas que possuem menor renda e baixo poder aquisitivo.

Através dos dados do Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constata-se que cerca de 77% dos estabelecimentos foram classificados como da agricultura familiar no Brasil, e eles ocupam 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários e obtém um rendimento de 23% da produção total (IBGE, 2019). Comparando os dados em relação aos resultados do Censo Agropecuário de 2006, é visível uma redução da população trabalhadora da agricultura familiar em 2,166 milhões de pessoas, enquanto em estabelecimentos de outros modelos, o aumento foi de 702,9 mil trabalhadores. Isso demonstra que o êxodo rural continua sendo uma realidade no Brasil (IBGE, 2019).

Em relação ao Nordeste, é importante ressaltar que é a região que apresenta os maiores índices de êxodo rural no Brasil, tendo em vista que, além das dificuldades descrita acima, grande parte dos nordestinos enfrentam a questão da seca em vários meses do ano, o que dificulta ainda mais a vida e o trabalho no campo. Outros fatores também contribuem para que haja essa migração, tais como os de âmbito social e cultural, que contribuem para um olhar negativo sobre o meio rural. Essa realidade não é diferente no estado da Bahia, o qual apresenta o maior número de propriedades agropecuárias, totalizando 762.848 estabelecimentos, com 2.106.127 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2019).

A classe que possui maior propensão a sair do campo é da juventude, os jovens procuram novas oportunidades de vida e crescimento profissional fora do ambiente familiar, pois, muitas das vezes, não visualizam a possibilidade de crescimento profissional dentro da agricultura, na propriedade rural, nem de melhoria na qualidade financeira, caso continuem na zona rural (STROPASOLAS, 2011). Diante dessa realidade, existe a preocupação de criar uma educação que proporcione a permanência dos jovens no campo. Os agricultores europeus foram os primeiros a criarem uma estrutura de formação que seria de responsabilidade dos pais e das forças sociais locais, onde os conhecimentos que os jovens adquirissem contrariasse uma escola tradicional, englobando a vida cotidiana e a produção agrícola na comunidade em que viviam (GIMONET, 1999).

Surgiram entre os anos de 1935 e 1937 as primeiras Casas Familiares Rurais (CFR’s) na França, com o objetivo de suprir as carências reais e solucionasse problemas vivenciados no campo (GIMONET, 1999). As CFR’s passaram a oferecer uma formação profissional, aliada à educação humana para filhos de agricultores. Na década de 1950, o modelo europeu começou a crescer e migrar para outros países da Europa, com objetivo de provocar o desenvolvimento do meio rural (GIMONET, 1999). A partir desse momento, organiza-se então uma forma de escola baseada na

Pedagogia da Alternância, que induzia uma partilha do poder educativo entre os atores do meio, os pais e os formadores da escola.

A Pedagogia da Alternância é o melhor método de aprendizado para comunidade rural, além de apresentar um modelo pedagógico adequado as necessidades locais, possibilita a permanência do estudante ao meio que convivem, evitando ou diminuindo os índices de êxodo rural dos jovens, e permite aos estudantes unir a teoria com a prática no campo, podendo assim interagir com os conhecimentos empíricos locais (SILVA E GONÇALVES, 2018). Esse modelo utiliza o método de participação direta dos jovens através de dois momentos diferentes, o primeiro na propriedade, convivendo com a família e com a comunidade, levantando a realidade e aplicando, na prática, os conhecimentos adquiridos, e o segundo, na CFR adquirindo novos conhecimentos para a vida profissional e para a sua formação geral.

No Brasil, esse modelo de educação, denominado de Pedagogia da Alternância surgiu em 1969, por meio da ação do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (PESSOTTI, 1978). Mas, é preciso registrar que a criação das primeiras CFR's datam de 1935. Na região nordeste, o movimento das Casas Familiares Rurais (CFR's) surge em 1980. Na Bahia a CRF- I, no município de Igrapiúna, Território do Baixo Sul da Bahia é criada em julho de 2007.

A criação da CFR de Igrapiúna tem uma contribuição importante do *Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS)*, financiando pela Odebrecht, a qual possui uma contribuição no financiamento desse modelo educacional, mas não é a responsável pela criação do mesmo. O programa possibilitou a construção das CFR's nos municípios do Território de Identidade do Baixo Sul da Bahia. Atualmente são 4 Casas, a saber: Casa Familiar Agroflorestral de Nilo Peçanha (CFAF), Casa Familiar do Mar de Cairu (CFM), CFR'sde Presidente Tancredo Neves (CFR-PTN) e a de Igrapiúna (CFR-I).

O presente trabalho tem por objetivo avaliar a transformação social que a CFR's têm promovido na vida dos jovens rurais que passaram pelo método de ensino e aprendizagem da Pedagogia da Alternância, avaliando inclusive a sua permanência no campo. Para tanto, escolheu-se a CFR do município de Igrapiúna/BA (CFR-I).

A cidade de Igrapiúna está inserida dentro dos limites da Área de Preservação Ambiental do Pratigi (APA), Bioma da Mata Atlântica, com ampla produção de frutíferas, com destaque para o cultivo do cacau e comercialização de seus subprodutos. O município possui 13.343 habitantes, segundo a estimativa do último Censo. A CFR-I se destaca no município, tendo em vista formação técnica em agronegócio dos/as alunos/as filhos/as de

agricultores/as da região, com formação na modalidade de alternância, onde adquirem conhecimento tradicional e técnico (CASA FAMILIAR RURAL DE IGRAPIÚNA, 2021).

Metodologicamente, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa com seis egressos da CFR-I, localizada no Baixo Sul da Bahia. A pesquisa foi realizada através de um formulário eletrônico, enviado por e-mail aos egressos, contendo questões abertas e fechadas, no qual buscou-se identificar as principais o perfil dos egressos, a importância que a CRF-I apresenta em suas vidas e de suas famílias, as vantagens de estudar na casa, entre outras questões. Além disso, foi realizada uma entrevista virtual através de uma plataforma de videoconferência com um professor e dois monitores da CFR-I. E ainda, utilizou-se aplicativo de troca de mensagens para tirar eventuais dúvidas. A pesquisa foi realizada entre o segundo semestre de 2020 e primeiro semestre de 2021.

Para dar conta dos objetivos, o trabalho que segue está organizado na sequência em duas seções. O capítulo que segue traz a revisão de literatura, destacando a Educação do Campo no Brasil, a Pedagogia da Alternância no contexto da Bahia e a sucessão familiar no campo. Na sequência será abordado o contexto da Educação do Campo em Igrapiúna – BA, a partir da análise da pesquisa realizada com egressos, professores e monitores da CFR-I. Por fim, as conclusões.

Educação do campo, pedagogia da alternância e sucessão familiar

A Educação do Campo é baseada nos saberes das práticas sociais dos camponeses, no Movimento Camponês, e na perspectiva da construção de uma educação humana e emancipatória, articulada à cultura, à vida, ao trabalho. De forma a promover uma formação integral do indivíduo, valorizando suas vivências e o local onde elas são desenvolvidas, assim como suas histórias e saberes (RIBEIRO, 2013). Assim, a Educação do Campo é vista como uma educação problematizadora, que dialoga e questiona. E foi sendo construída na base das lutas sociais do campo, em movimento, e das organizações sociais, sendo fruto da vivência e experiência dos indivíduos do campo (BRANDÃO, 2012).

A sua construção teve início a partir da segunda metade do século XX, com as reivindicações dos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores/as Rurais Sem Terra (MST), e da sociedade civil, que almejavam uma educação voltada para as necessidades e interesses da população do campo, bem como uma educação que valorizasse a identidade e a cultura dessa população. Percebe-se que com tais movimentos havia o

desejo de uma educação inclusiva (TRAVERSSINI, 2015), com enfoque diferente da educação rural, pensada a partir do urbano não enxergando o local onde o indivíduo vive, nem a cultura que a população camponesa possui.

Um dos principais pensadores dessa abordagem é Paulo Freire, o qual a partir de 1960, trouxe uma revolução para a prática educativa, por meio de suporte filosófico-ideológico, trazendo os valores e o universo sociolinguístico-cultural dos grupos de origem rural, criou então os métodos de educação popular (SOUZA, 2008). Sua proposta revolucionou a educação na época, por defender a ideia de que a alfabetização deve ser feita através da realidade vivenciada pelo sujeito aprendiz, porquanto é respeitando o repertório do educando que se pode chegar a uma visão de mundo crítica e transformadora da realidade (DA SILVA; PRADO, 2017).

Para Freire (2003, p.85): “somente uma escola centrada democraticamente no seu educando e na sua comunidade local, vivendo as suas circunstâncias, levará os seus estudantes a uma nova postura diante dos problemas de contexto”. A proposta político-pedagógica de Paulo Freire trouxe uma inovação, ao defender uma educação que considere os saberes das classes populares, como prática educativa, numa relação dialógica e democrática. Na abordagem, defendida por Freire, os educandos são sujeitos que trazem consigo uma bagagem de saberes e suas histórias de vidas, com as quais constroem sua identidade cultural. Esses “são os requisitos básicos para uma aprendizagem autônoma, independente e crítica do espaço que ocupa” (DA SILVA; PRADO, 2017, p. 166).

Através das experiências desenvolvidas por Freire, criou-se, na década de 1960, as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs). Em seguida, as CFR's, que surgiram primeiramente em Alagoas e Pernambuco, estendendo-se para a região Sul do Brasil, entre os anos de 1989 e 1990. A partir dos anos de 1980, as questões educacionais dos camponeses e trabalhadores rurais ficaram mais visíveis, em função da ampliação do número de ocupações e assentamentos organizados pelo MST. O número de escolas era reduzido e o trabalho era realizado a partir de conteúdos direcionados à vida urbana (SOUZA, 2008). Essa situação fez com que o movimento social desse início a novas experiências, produzindo documentos que mostravam às necessidades da construção de uma política pública voltada à educação no campo (SOUZA, 2008).

Nas EFA’s e nas CFR’s, a opção educativa é a Pedagogia da Alternância. A construção da Pedagogia Alternância está vinculada as EFA’s, a primeira experiência de uma escola que utiliza esse formato aconteceu na França, na década de 1930, com as Maisons Familiales Rurales (CFR’s) que foram construídas a partir de um longo processo histórico dos movimentos sociais do campo, com forte inspiração democrática e cristã, embasada nas necessidades do povo camponês e de uma educação voltada para sua realidade e suas necessidades (ANDRADE; ANDRADE 2012). Na época os agricultores se preocupavam com um sistema educacional que estivesse voltado as necessidades e realidade, eles não podiam pagar pensionatos nas cidades para seus filhos estudar e as escolas disponíveis nas cidades formavam estudantes que não assumiam sua cultura e origens após a conclusão dos estudos (FERREIRA, 2014).

Organizou-se, dessa forma, um processo de ensino e aprendizagem em alternância, onde os estudantes permaneciam um período na paróquia, sob tutela de um padre, e outro período juntamente com a família, por meio de uma formação em alternância. Com sua origem na França, a proposta educacional da Pedagogia da Alternância foi se disseminando pela Itália e, depois pela Espanha. Em território americano, chegou inicialmente ao Brasil e à Argentina nos anos de 1960, espalhando-se, posteriormente, por todo o continente americano (CAVALCANTE, 2014).

No Brasil, a Pedagogia da Alternância surgiu na segunda metade da década de 60 no estado do Espírito Santo, tendo por marco histórico a constituição do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), fundado em 1968 como entidade civil mantenedora das EFA’s. Em meados da década de 70 (Século XX), esse modelo de ensino foi sendo difundido para outros estados brasileiros. Já a década de 80 (Século XX), foi marcada pela ampliação no número de EFA’s, e novas articulações com associações regionais e de nível nacional. Em 1982, foi criada a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil – UNEFAB (ANDRADE; ANDRADE 2012).

Com a expansão das EFA’s pelo território nacional, foi necessário construir uma entidade com o objetivo de representar e assessorar as EFA’s e associações no Brasil, auxiliando no fomento, divulgação e fortalecimento da Pedagogia da Alternância. Então, em 1998, foi fundada a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB), no estado de Goiás. Como experiência do desenvolvimento da Pedagogia da Alternância no Brasil, tem-se também as CFR’s. Estas unificadas através da rede Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR), criada em 1981. Atualmente, a rede é constituída pelas unidades ARCAFAR/NORTE, NORDESTE e ARCAFAR/Sul, que dão formação de curso de qualificação de agricultor para os

estudantes, bem como em nível de certificação da educação básica e/ou técnico profissionalizante (FERREIRA, 2014).

Na Bahia, a primeira EFA, foi criada na localidade de Brotas de Macaúbas e, em seguida, na cidade de Riacho de Santana. Um dos grandes incentivadores dessa criação foi padre Aldo Lucchetta. A expansão das EFA's no estado baiano trouxe a necessidade de que existisse uma associação regional que congregasse as associações locais mantenedora das EFA's (ARAÚJO, 2005, p. 7). Nesse sentido, em 1979, criou-se a Associação Comunidades Famílias Agrícolas da Bahia (AECOFABA), e em 1997, foi criada a segunda Associação denominada de Rede de Escolas Famílias Integradas do Semiárido (REFAISA), (ANDRADE; ANDRADE 2012).

Importante destacar que as CFR's, em seu propósito de infraestrutura e político local, apresentam atendimento às necessidades escolares dos jovens do campo e possuem um projeto pedagógico baseado na Pedagogia da Alternância, onde os filhos dos agricultores estabelecem uma conexão entre o conteúdo estudado na escola e a vivência na propriedade rural de sua família (SOUZA, 2008). Mas, ainda é preocupante a falta de políticas públicas para a aplicação desse tipo de formação dos jovens rurais. Ações e programas públicos que garantam a permanência do jovem são e indispensáveis para sucessão rural e a manutenção da agricultura familiar no campo.

A permanência do jovem no campo é fator de extrema importância para o progresso da agricultura. O jovem é considerado “recurso latente” pela sociedade, onde aparecem como grupo estratégico, pois envolvem a reprodução das relações sociais e se apresentam como agente transformador dessas relações (WEISCHEIMER, 2009). Porém, uma das maiores dificuldades encontradas pela agricultura familiar é o processo de continuidade e sucessão, assim como a formação de novas unidades de produção, pois muitos jovens não dão continuidade aos processos produtivos das propriedades que são de seus pais. Esse fator gera fortes implicações na reprodução da agricultura familiar e contribui para o êxodo rural (WEISCHEIMER, 2009).

Essa problemática está ligada às deficiências do processo educacional, o qual prepare o jovem rural para a sucessão na agricultura familiar. A sucessão é um processo que envolve a transferência do patrimônio da família, onde a continuidade da atividade profissional dos pais passa para os filhos, e há substituição das gerações mais velhas pelas mais novas (os jovens herdeiros das terras) (FERREIRA; MAÇANEIRO, 2016). A sucessão é um processo endógeno, no qual um dos filhos sucede o pai na administração da área rural e assume a continuidade da produção da propriedade (CARVALHO, 2007). Mas, para além

disso, é preciso que tal processo esteja alicerçado em bases educacionais sólidas da realidade do campo, das questões sociais, ambientais, políticas e econômicas do rural.

Mas, por vezes, migram para os centros urbanos em função da ausência de perspectivas, falta de oportunidade de empregos e acesso à educação de qualidade e continuada, cultura, lazer, infraestrutura, etc. Esse cenário faz parte de um processo histórico no Brasil, no qual as políticas públicas não privilegiam a Educação do Campo, nem o processo de desenvolvimento da agricultura familiar e da sucessão familiar. Nesse sentido, o papel das CFR’s e da EFA’s têm trazido exemplo importantes e exitosos nesse sentido.

Contexto da educação do campo em Igrapiúna/BA

A CFR-I é integrante da Rede de Escolas Associadas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e, é também reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Secretaria de Educação da Bahia. A escola tem por método de ensino a Pedagogia da Alternância, na qual os alunos passam uma semana tendo aulas integrais e duas semanas no núcleo familiar, aplicando os conhecimentos que foram adquiridos na CFR-I. Os conteúdos abordados têm a finalidade de valorizar os recursos naturais da própria região e a realidade social vivenciada por cada aluno, com temas que incentivam os jovens do campo (FUNDAÇÃO ODEBRECHT, 2018).

A CFR-I recebe jovens filhos de agricultores residentes nas zonas rurais com faixa etária entre 14 e 18 anos, ensinando-lhes, além do conhecimento tradicional, o ensino técnico. A duração das atividades nas CFR’s(CFR) é de três anos, onde os jovens recebem certificação de conclusão de ensino Técnico em Agronegócio, quando terminam o curso (CFR-I, 2021). Ao final do primeiro semestre de 2021, a Casa estava com duas turmas do 2º e 3º anos, com um total de 74 jovens estudantes. A instituição deveria estar com três turmas, porém, devido ao ano atípico em decorrência da pandemia mundial da Covid -19, não houve processo seletivo no ano de 2020. O processo seletivo para a entrada de novos jovens rurais na CFR deverá acontecer em 2021, e a nova turma, provavelmente, entrará a partir de junho, completando assim as três turmas anuais.

E ainda, uma turma de 35 formandos do ano de 2020, esperando apenas a formalização da formatura pela instituição, com isso, o número total de egressos estará sendo atualizado para 284 alunos. Esse número de egressos corresponde a atuação da Casa em 14 anos de existência, atuando,

portanto, desde o ano de 2007 até os dias atuais. Tal fato deixa claro a relevância da CFR-I, quando se trata da formação de jovens rurais para a sucessão familiar e para o desenvolvimento local do Território do Baixo Sul.

Na entrevista, realizada através de videoconferência, os professores e monitores relataram como é a vivência no cotidiano da CFR-I. Segundo eles, no cenário normal, fora da pandemia Covid-19, os jovens chegam na segunda-feira e vão embora no sábado pela manhã. No período que passam na escola, eles têm aulas teóricas de disciplinas como português, matemática, física, química, dentre outras, ou seja, todas de base nacional comum. Inclusive existem outras disciplinas, como teatro, que melhora a desenvoltura dos jovens em sala de aula, e ainda, tem as aulas de campo. Ou seja, a CFR-I possui ações que permitem a materialização do conhecimento e proporcionam a efetiva realização do jovem no campo.

Os professores e monitores destacam que toda semana é um tema diferente a ser trabalhado. E ainda, o método da alternância se inicia na CFR-I do/a aluno/a, com os professores fazendo visitas nas comunidades, nas quais são acompanhados os projetos produtivos ou atividades agrícolas e também fazem o acompanhamento pedagógico (nesse momento de pandemia os/as alunos/as estão recebendo os materiais impressos e digitados). Um dos monitores entrevistados ressalta que:

“Quando eles vão para suas casas (comunidade) levam sempre uma ferramenta chamada de plano de estudo, nesse plano, além de uma agenda onde vai está organizando as atividades durante as duas semanas, vão também algumas perguntas norteadoras sobre o tema que eles vão estudar quando retornarem para a Casa Familiar; a ideia dessas perguntas é para entender em que nível de conhecimento esses jovens e seus familiares estão (MONITOR ENTREVISTADO, 2021).

Quanto aos egressos, obteve-se a resposta de seis jovens, entre eles, 50% são do sexo feminino e 50% do sexo masculino. De uma forma geral, destacaram que na época em que estudaram na CFR-I, toda semana era trabalhado um assunto da parte técnica, como a alternância de nutrição mineral de plantas, por exemplo, onde se conhecia todos os nutrientes que a planta necessita. Além de disciplinas mais técnicas, os alunos também estudam sobre gestão de propriedade, na qual adquirem conhecimentos para melhor organizar a propriedade rural e realizam experimentos e atividades práticas, na área técnica, que demonstra como os esses devem trabalhar com a agricultura.

A idade dos/as entrevistados/as é de até 25 anos. Em uma pesquisa realizada por Lima (2019), verificou-se que os alunos da CFR-I, em 2019, tinham faixa etária entre 17 e 23 anos. Então,

segundo os dados obtidos para faixa etária, faz pouco tempo que os alunos entrevistados concluíram o ensino técnico na escola. Quanto à escolaridade, dos 6 ex-alunos que responderam ao instrumento de pesquisa, 50% apresenta somente o ensino médio/técnico, que foi concluído na CFR-I. Outros 33,3% tem graduação incompleta, ou seja, iniciaram um curso de ensino superior, mas ainda não terminaram, estão com a matrícula trancada. Os demais, 16,7%, estão com a graduação em andamento.

Os egressos também responderem sobre as profissões que estão atuando no momento, somente uma das ex-alunas encontra-se desempregada, os demais atuam na área rural, como técnico agrícola técnico em agronegócio, empresário rural e ouvido municipal. Pode-se constatar que a CFR-I tem alcançado seu objetivo de promover a formação técnica profissional de jovens filhos de agricultores rurais, sendo fiéis aos seus princípios fundantes, valorizando a identidade cultural camponesa e preparando-os para serem atuantes nas propriedades rurais de suas famílias e em suas comunidades.

Nesse sentido, modelo de ensino desenvolvido pela Pedagogia da Alternância pode ser visto como um campo de possibilidades para os jovens, pois na medida em que eles conseguem dar significado aos conteúdos formais aprendidos dentro das CFR’s, desenvolvem sua autonomia e emancipação (ESTEVEZ et al., 2017). Assim, o ensino técnico possibilita uma formação de qualidade, preparando-os para ingressar nos centros acadêmicos e no mercado de trabalho.

Corroborando com a análise do autor, Lima (2017) destaca que a partir da formação nas Casas Familiares Rurais, os jovens alcançam maior autonomia sócio profissional e conseguem melhores oportunidades de ganhos reais, a partir do desenvolvimento de atividades profissionais para a qual se prepararam no processo formativo (desenvolvido em alternância). Sendo assim, as CFR’s qualificam os alunos de modo técnico, com base em uma metodologia que promove o acesso ao conhecimento relacionando a teoria à prática, vivenciada em todo seu processo formativo.

Em relação a contribuição da formação na CFR-I nas suas vidas, todos os egressos responderam de forma positiva. Um deles relatou: “numa porcentagem de 70%, a Casa transformou minha vida, para melhor.” Já, outro, disse: “100% de contribuição”. Para um terceiro egresso, estudar na CFR-I proporcionou-lhe uma transformação por completo e o mesmo ressalta que encontrou seu papel na sociedade, tanto no âmbito social quanto profissional, incluindo-se na comunidade de forma eficiente e eficaz, profissionalmente.

Quando foram questionados sobre: Como você avalia a Pedagogia da Alternância? Como ela contribuiu para a sua formação? Os jovens descrevem ser um método bastante eficiente e eficaz, que contribuiu diretamente para a formação deles, e a se tornarem profissionais com bons

desempenhos teóricos e práticos, e, também auxiliou lhes, quando estudantes, a terem um cronograma do seu dia-a-dia e a conciliarem a parte teórica com a técnica. Um dos egressos menciona: “muito boa, conseqüentemente, faz o jovem se organizar mais, mesmo se ele estiver em casa a exigência é a mesma ou até mesmo maior do que uma escola normal.”

Quanto as técnicas ensinadas aos jovens durante a formação na CFR-I, foi perguntado a eles se tais técnicas lhe proporcionaram conhecimento suficiente para que se tornassem produtor rural. Todos responderam que sim. Com isso é possível identificar que o ensino proporcionado na CFR oferece ao jovem um suporte técnico para que tenha capacitação e qualificação suficiente para gerir os negócios da propriedade rural. Também é importante destacar que o acompanhamento dos professores e monitores se faz essencial na construção desse processo de formação.

O objetivo da supervisão, pelos professores, é de auxiliar os jovens, principalmente na parte de gestão, para que eles possam andar com as “próprias pernas”, e aprendam a gerenciar, buscar outras formas de soluções, controlar os recursos, e que consigam ganhar renda com o projeto educativo que eles implantaram nos anos anteriores, junto as suas famílias na propriedade rural. Alguns dos jovens saem do 3º ano com o projeto ainda em andamento, ou seja, o projeto ainda vai ser colhido, e os resultados vão ser apresentados no 4º ano, então os monitores fazem todo esse acompanhamento.

Para todos os seis egressos entrevistados, a CFR contribuiu para melhoria de qualidade de vida de sua família: a) incentivando a produção de hortaliças para consumo próprio; b) melhorando a renda familiar e a visão sobre o que realmente é o campo; c) proporcionando qualidade na alimentação e na administração da propriedade; d) na prática de produção de alimentos orgânicos; e) e a melhorar a renda através do aumento da produção. Além disso, os jovens destacam que o conhecimento obtido na CFR auxiliou na gestão da propriedade da família e a impulsionar as atividades rurais.

A CFR-I proporciona suporte para que os alunos desenvolvam trabalhos práticos nas suas propriedades e no campus. Tanto que, no campus da CFR-I existe uma unidade de produção de chocolate, onde os alunos desenvolvem experiências práticas. As primeiras etapas se iniciam na própria propriedade rural dos estudantes, com a produção e seleção de frutos de qualidade, que passam por um processo de fermentação e secagem, garantindo assim uma melhor qualidade às amêndoas. Depois dessa fase, na escola, é produzido o chocolate artesanal do grão a barra. Com isso, os jovens conseguem agregar valor à produção e aumentar a renda de suas famílias (CASA FAMILIAR RURAL DE IGRAPIÚNA, 2021).

Semelhantemente à produção de chocolate, há também o beneficiamento de pimenta, que surge como uma alternativa para as famílias que têm limitação de áreas produtivas, nesse caso, os jovens produzem conservas, molhos prontos e pimenta calabresa. A CFR-I incentiva ainda a implantação de áreas que cultivem produtos da região (abacaxi, aipim, banana, hortaliças, pupunha, etc.) para promover a geração de renda e aplicação prática dos conhecimentos adquiridos durante a formação dos alunos, construindo um modelo produtivo para a família do jovem e sua comunidade (CASA FAMILIAR RURAL DE IGRAPIÚNA, 2021).

Dos 6 jovens entrevistados, apenas 1 demonstrava a vontade de permanecer na zona rural, antes de ingressar na CFR-I, os demais pensavam em sair do campo. Um deles cita que, antes, olhava a zona urbana como melhor lugar que a zona rural, mas sua concepção mudou depois que ingressou na CFR-I. Outro entrevistado fala que, hoje, ama a formação e o que o campo proporciona. Eles citam também que, depois de terem passado pela CFR-I, mudaram a forma de pensar. Um dos relatos foi: “Sempre pensei em sair do campo para estudar e buscar oportunidades melhores, mas depois que me formei, eu estou caminhando para abrir o meu próprio negócio no ramo da produção de chocolate artesanal na região e atuo como técnica.”

De acordo com Esteves et., al (2017), a Educação do Campo, que se desenvolve através da Pedagogia da Alternância, busca a formação do jovem rural sem o desvincular do espaço onde vive, ou seja, do campo. Essa pedagogia educando-o através do seu ambiente familiar e buscando, por meio do confronto entre os saberes tácitos e os científicos, uma formação sólida, que tem como objetivo possibilitar a agricultura familiar o acesso aos conhecimentos tecnológicos e científicos, mas também de que o jovem tenha a possibilidade de permanência no campo.

Dessa forma, mesmo que o jovem pense em sair do campo, depois que ele passa pelo método de ensino da Pedagogia da Alternância, consegue ter uma nova visão sobre a zona rural, pois sua formação é voltada para interpretar o próprio ambiente onde vive. Essa questão também fica evidenciada na fala dos professores entrevistados. Os professores e monitores foram questionados sobre quais são os resultados que a CFR-I proporcionou na vida das turmas formadas? Se os jovens permanecem no campo? E se estão exercendo o que foi aprendido durante o período de formação? As respostas dos professores foram a seguinte:

“Nosso sonho é que 100% dos jovens ficassem nas propriedades, mas temos uma missão no qual tentamos ser o máximo fiel a ela, na nossa metodologia de aula estimulamos os jovens a se tornarem empreendedores e viverem dignamente no campo. A realidade é que o êxodo rural historicamente sempre aconteceu, mas trabalhamos para diminuir o mesmo em nossa região, caso esses jovens saiam que não seja por falta de opção no campo (PROFESSORA ENTREVISTADA, 2021).”

Os professores se reportam a transformação social que a CFR-I promove na vida dos jovens estudantes. De acordo com eles, são muitas histórias maravilhosas para contar. “Quando se fala em transformação social é que, o próprio propósito da Casa, não é apenas formar o jovem para que ele apenas cumpra as disciplinas naturais do ensino médio”, para outro professor: “Nosso papel vai além disso, é formar esse jovem para a vida. E sempre imaginamos que o nosso propósito é que eles fiquem no campo, com a família produzindo”.

Quanto as fontes de recurso para manter a CFR-I, os entrevistados destacam que, apenas 1% é proveniente de recursos próprios da instituição, enquanto 99% vem de empresas públicas e privadas. De acordo com a fala dos entrevistados, o custo de manutenção da CFR é elevado. A CFR-I possui muitas demandas e despesas que precisam de um bom suporte financeiro para dar conta de todas elas, são diversos os gastos gerados durante às atividades e para a manutenção da escola (estrutura, funcionários, alimentação, materiais como: insumos e equipamentos, entre outros).

Diante disso, é necessário adquirir fundos para cobrir todas as despesas geradas, portanto, o acesso a políticas públicas que disponham de recursos e fomentem essas demandas é relevante para a continuidade da CFR-I e de outras CFR's, com o mesmo propósito. Além destas políticas, existem empresas privadas que destinam parte de seus bens para o financiamento de programas de educação, estas também se constituem de essencial relevância no amparo dessas instituições de ensino.

“Se a gente imaginar que nos propomos a fazer a formação jovem ainda dando condição, além dele está na escola com refeições, equipamentos que disponibilizamos, sem falar nos projetos educativos, desde os insumos, acompanhamento e gestão da escola em si é um custo bastante elevado. Temos por exemplo, a Secretaria do Estado que repassam o valor anual e também uma parceria com a Prefeitura de Igrapiúna por recursos oriundos do fundo da infância e adolescência. Das parcerias privadas a maioria delas é capitaneada com recursos vindos de editais. Todos os anos é necessário buscarmos, se fossemos viver de recursos próprios seria extremamente insuficiente.” (MONITOR ENTREVISTADO, 2021).

Se faz notória a preocupação que os monitores e professores têm em relação a aprendizagem dos estudantes, eles buscam suprir as deficiências encontradas ao longo da jornada pedagógica, e no dia a dia com as demandas que surgem durante a prática da alternância. Percebe-se que existem muitos desafios enfrentados também por estes profissionais da Educação do Campo, os quais precisam ser superados com dedicação e engajamento para conseguir proporcionar um ensino de qualidade aos jovens do campo. Com o cenário de pandemia, devido

a Covid-19, os educadores têm se reinventado, buscando alternativas para que as aulas continuem acontecendo, mesmo que de forma remota. Ainda assim, os desafios são muitos, pois nem todos os alunos conseguem ter acesso a internet de qualidade na zona rural, onde a qualidade da conexão ainda é um grave problema.

Considerações finais

O objetivo aqui proposto, de avaliar a transformação social que a CFR promove na vida dos jovens rurais, os quais passaram pelo método de ensino e aprendizagem da Pedagogia da Alternância, foi alcançado. Através da pesquisa, foi possível verificar que a CFR-I, na sua forma de atuação pedagógica promove uma formação contextualizada, a partir da realidade dos jovens do campo. Busca os alicerces da transformação social, sustentabilidade e empreendedorismo rural.

A CFR-I conta com um ensino de excelência e possui um quadro de professores com formação técnica especializada, com conhecimento voltado à Educação do Campo, com convivência e experiência com às atividades rurais. Os jovens egressos afirmam que possuem uma formação de qualidade e, dentre os entrevistados, cinco atuam na área rural, o que demonstra que a CFR-I cumpre com o seu papel de ensinar seus alunos/as para atuarem nas propriedades rurais, junto aos seus familiares e na comunidade onde vivem.

O método de ensino da Pedagogia da Alternância promove uma maior vivência dos jovens do campo, com a sua realidade e de seus familiares. Os entrevistados mostraram a transformação social que a CFR-I promoveu não apenas em suas vidas, mas também de suas famílias, e da comunidade no geral. O relato dos professores demonstra como a dinâmica de ensino funciona na CFR, e a forma como os alunos aprendem e replicam o que aprenderam, levando para a vida todo o conhecimento adquirido no tempo em que estiveram no ensino técnico da CFR-I.

Este trabalho mostrou o quanto a Pedagogia da Alternância, juntamente com ações de fomento à educação no campo, promovidas por empresas privadas, políticas públicas, entre outros meios - que permitam o acesso dos jovens a um ensino técnico de qualidade é eficaz e eficiente para a permanência da juventude rural e, conseqüentemente, para a sucessão e o fortalecimento da agricultura familiar. Na Bahia, podemos ver que no Baixo Sul há um fortalecimento desse método de ensino, onde muitos jovens e comunidades são beneficiadas, porém, trazendo esse contexto para outros locais, outros territórios do Estado ainda precisam articulação nesse sentido.

No geral, foi possível observar que a CFR-I, apesar dos seus excelentes resultados e do ensino de qualidade, enfrenta alguns problemas pontuais, tais como: dificuldades em obter financiamento, de forma que os professores ficam procurando editais que fomentem o ensino, e que permitam o custeio das despesas. A maior parte dos recursos utilizados na CFR-I provêm da ajuda de empresas privadas e vêm por meio de políticas públicas. Muitas vezes faltam recursos para suprir todas as necessidades, então a saída é recorrer a editais de financiamento.

Promover a permanência da juventude do campo não é um papel tão simples, é um desafio, e isso foi abordado pelos professores e monitores entrevistados neste trabalho. Um dos principais obstáculos enfrentados é de mostrar ao jovem que o campo é um lugar onde ele pode obter uma profissão e se tornar empreendedor, sendo dono do seu próprio negócio, podendo ajudar a família e a sua comunidade. Também, abrir-lhe os olhos para que veja como é a vida nas cidades grandes, que nem sempre é possível manter um padrão de qualidade, morando nos centros urbanos, pois existe a questão do desemprego ou subemprego, inchaço urbano, e aumento das zonas suburbanas e de favelas.

Fazer o jovem enxergar no campo todo o potencial que existe e o que ele pode fazer para melhorar ainda mais sua qualidade de vida, é o principal meio pelo qual se consegue fazê-lo permanecer, e, é claro, dando-lhe todo o suporte técnico e financeiro para isso. As escolas rurais têm papel essencial, através da Pedagogia da Alternância, na disseminação do conhecimento técnico e no estabelecimento de uma juventude que permaneça nas zonas rurais. E, esse modelo de ensino deveria ser aplicado às mais diversas regiões.

Para dar base a este modelo, as políticas públicas destinadas às CFR's, a Educação do Campo, como um todo, e às instituições que trabalhem com o método da Pedagogia da Alternância são de grande relevância para a permanência da juventude no meio rural, para que ocorra a sucessão familiar, visto que promove ações essenciais para que, de fato, a permanência do jovem no campo aconteça. É preciso que tais políticas sejam efetivadas e alcance o maior número de instituições de ensino e territórios possíveis.

REFERÊNCIAS

ALVES, E; SOUZA, G. S.; MARRA, R. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. *Embrapa*. Ano XX, n. 2 – abr./maio/jun. 2011. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/61>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2021.

ANDRADE, G., S.; ANDRADE, E., S. Historiando a Pedagogia da Alternância e a Escola Família Agrícola do Sertão da Bahia. In: *Revista Eletrônica de Culturas e Educação*, n. 6, v.2, set/dez,

2012, p. 61-72. Disponível em:

<<https://www2.ufrb.edu.br/revistaentrelacando/component/phocadownload>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2021.

AQUINO, J. R.; ALVES M. O.; VIDAL, M. F. Agricultura familiar no nordeste do Brasil: Um retrato atualizado a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. In: *Rev. Econ. NE*, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, agosto, 2020 p. 31-54. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/1271>. Acesso: 03 de maio de 2021.

BRANDÃO, E. C. A educação do campo no Brasil e desenvolvimento da consciência. In: *Anais Seminário do Trabalho*. Trabalho e Políticas Sociais no Século XXI, 2012, Marília. Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt1/a_educacao_do_campo.pdf. Acesso: 12 de maio de 2021.

CARVALHO, V.R.F. Sucessão da atividade na pequena propriedade rural na perspectiva da família e de gênero. In: *Anais Congresso da SOBER*, n. 45, 2007, Londrina. Disponível em: <https://silo.tips/download/sucessao-da-atividade-na-pequena-propriedade-rural-na-perspectiva-da-familia-e-d>. Acesso: 05 de maio de 2021.

DA SILVA, M., M. PRADO, R., C. Paulo Freire e educação do campo: Práticas pedagógicas para uma educação emancipadora. In: *Anais do CIBEPoC*, 2017. Disponível em: <<http://congressos.sistemasph.com.br/index.php/cibepoc/2017>>. Acesso: 16 de maio de 2021.

ESTEVES, G., C.; ALVES, C., E.; GARCIA, S., R., O. As casas familiares rurais e a pedagogia da alternância: Um breve resgate histórico. In: *Anais EDUCERE*, 2017. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf>. Acesso: 05 de abril de 2021.

FERREIRA, A., G. *A formação através da pedagogia da alternância em agroecologia*. Um estudo de caso da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Rurais. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Santa Maria, RS, Brasil, 2014.

FERREIRA, M.G., MAÇANEIRO, M.B. *A sucessão na agricultura familiar*. UNICENTRO, 2016. Disponível em <https://publicacresol.cresolnstituto.org.br/upload/pesquisa/232.pdf>. Acesso em: 14 de abril de 2021.

FREIRE, P. *Educação e atualidade brasileira*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

FUNDAÇÃO NOBERTO ODEBRECHT. *Programa Social*, 2020. Disponível em: <https://www.fundacaonobertoodebrecht.com/programa-social/index.cfm>. Acesso em: 05 de abril de 2021.

GIMONET, J. C. M. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as casas familiares rurais de educação e orientação. In: *Anais Pedagogia da Alternância*: alternância e desenvolvimento. Brasília: União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Agro 2017*. 2019 Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias>. Acesso em 05 de abril de 2021.

LIMA, H., R. As Casas Familiares Rurais e a contribuição para a inserção profissional dos jovens. Anais XIII EDUCERE, 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25926_13476.pdf. Acesso: 05 de maio de 2021.

PESSOTI, A. *Escola da Família Agrícola: uma alternativa para o ensino rural*. 1978. Dissertação (Mestrado). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 194 p.

RIBEIRO, M. Movimento camponês, trabalho e educação. Liberdade, autonomia e emancipação: princípios/fins da formação humana. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, C. GONÇALVES, A., V. A Etnografia e suas contribuições para o desenvolvimento de uma pesquisa no contexto de ensino da Pedagogia da Alternância. In: *Rev. Educ. Soc. Campinas*, n(57.1): 551-578, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tla/v57n1/0103-1813-tla-57-01-0551.pdf>. Acesso em: 17 de abril de 2021.

SOUZA, M., A. Educação do Campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. In: *Rev. Educ. Soc., Campinas*, vol. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a08.pdf>. Acesso: 22 de novembro de 2021.

STROPASOLAS, V. L. *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis Ed. UFSC, 2006. Disponível em: <https://www.abeu.org.br/farol/abeu/catalogo-unificado/item/edufsc/o-mundo-rural-no-horizonte-dos-jovens/9040/>. Acesso: 22 de novembro de 2021.

TRAVERSINI, D. M. *Educação do campo ou educação Rural? os conceitos e a prática a partir de São Miguel do Iguaçu*, PR. 2015. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/383>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.

WANDERLEY, M.N.B.; Raízes históricas do campesinato brasileiro. Agricultura familiar: realidades e perspectivas. In: *Anais Unifal*, v. 3, p. 21-55, 1999. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/Texto%205.pdf>. Acesso 20 de dezembro de 2021.

WEISHEIMER, N. *A situação juvenil na agricultura familiar*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Curso de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. 331 f.

Submetido em: 08 de fev de 2022.

Aprovado em: 04 de mar de 2022.

Publicado em: 30 de abr de 2022.